

CONJUNTURA ECONÓMICA FAZ DESPERTAR PROCURA DE MERCADOS EMERGENTES



■ A conjuntura económica difícil teima em não arredar pé. Os desafios colocados nos dois últimos anos às empresas prometem manter-se em 2010, a par do aumento do contencioso laboral, das reestruturações e do incumprimento de dívidas. O cenário ainda é cinzento para o sector empresarial e, por consequência, não deixará de reflectir-se na chamada advocacia de negócios. Para o bem e para o mal.

Pese embora no início do ano tenham surgido sinais do regresso das grandes operações de assessoria jurídica, as dificuldades de financiamento a nível interno prometem manter-se, o que poderá tornar o investimento menos aliciente. A expectativa no seio da advocacia de negócios está depositada no arranque das grandes obras públicas, mas mesmo aqui os níveis de execução poderão não ser os desejados. Face ao exposto, a aposta em novos mercados, como os dos países africanos de

“A RECEITA JÁ SEGUIDA EM 2009 DE CONTROLO DE CUSTOS E DE ELIMINAÇÃO DE DESPESAS SUPÉRFLUAS TENDERÁ A SER UMA DAS ESTRATÉGIAS ADOPTADAS PELAS EMPRESAS.”

expressão oficial portuguesa (PALOP) é, na actual conjuntura, um cenário equacionado e desejável.

Se há factores relativamente aos quais a advocacia de negócios é sensível, esses são, sem dúvida, as apostas feitas ao nível do investimento privado, a capacidade de financiamento por parte das instituições bancárias e, também, o esperado arranque das obras ou investimentos públicos. No entanto, com a tendência restritiva que parece manter-se no acesso ao crédito – segundo dados do Banco de Portugal, em 2009 assistiu-se a uma redução de 25% no financiamento às famílias e às empresas –, as dificuldades poderão tornar-se maiores no corrente ano.

Até por isso, a receita já seguida em 2009 de controlo de custos e de eliminação de despesas supérfluas tenderá a ser uma das ...



estratégias adoptadas pelas empresas. Por consequência, o recurso à assessoria jurídica continuará a ser feita com critério e para casos de estrita necessidade.

Contenção de custos, realinhamentos estratégicos, reestruturações e o reequacionamento de investimentos programados, são estas algumas das operações a que os advogados terão de dar resposta. É previsível, apontam alguns actores do mercado, que o contencioso, o laboral e a insolvência continuem a representar uma fatia importante do trabalho de assessoria jurídica proporcionado às empresas.

Na realidade, é provável que as grandes operações, que se mostram mais rentáveis para os escritórios “full service” não predominem. Mas, tal como evidenciam alguns actores do mercado, “a história recente mostra que, em época de crise, a necessidade de apoio jurídico tende a ser maior, não menor”. Ou seja, a questão que se coloca às empresas não passará tanto “restringir ainda mais a prestação de serviços jurídicos, que naturalmente são essências, mas a de diminuir o seu custo e gerir o seu prazo de pagamento”.

EXPECTATIVA PARA AS OBRAS PÚBLICAS

De acordo com alguns “players” da advocacia de negócios, as sociedades de maior dimensão estão, face ao cenário descrito, a apostar sobretudo no arranque e concretização dos

investimentos públicos em infra-estruturas, como a Alta Velocidade, o novo aeroporto e a nova travessia sobre o Tejo entre Lisboa e a Margem Sul. No entanto, embora referenciadas com início certo para este ano por parte do Governo, resta saber qual o grau de execução que as mesmas poderão ter ao longo do corrente ano.

Daí que estejam a ser depositadas expectativas na aprovação do Orçamento do Estado para 2010, a par, como sublinham os actores do mercado, de uma maior clarificação dos contornos e dos “timings” de alguns projectos estruturantes. Estas questões assumem particular importância, tendo em conta que uma redução do investimento público, acompanhado pelo aumento do custo do dinheiro para o Estado, para as empresas e para as famílias terá consequências negativas para a economia no seu todo e, por esse facto, também para o tipo de assessoria jurídica que será solicitada pelo sector empresarial.

A animação do mercado em torno da oferta pública de aquisição lançada sobre a Cimpor criou também a ideia de que as grandes operações na área de Fusões e Aquisições poderão estar de volta. Mais uma vez, pelos menos no que diz respeito às empresas nacionais, tudo estará dependente da possibilidade de obtenção de financiamento para que possam avançar com eventuais negócios neste âmbito.

“A EXPECTATIVA DE ALGUMAS SOCIEDADES ESTÁ DEPOSITADA EM TORNO DO ARRANQUE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRA-ESTRUTURAS, COMO A ALTA VELOCIDADE OU O NOVO AEROPORTO DE LISBOA.”



“AS PARCERIAS MANTIDAS COM ESCRITÓRIOS BRASILEIROS E ANGOLANOS PODEM IGUALMENTE DAR FRUTOS, QUANDO SE EQUACIONAM OS INVESTIMENTOS DE EMPRESÁRIOS DO BRASIL E DE ANGOLA EM PORTUGAL.”

MERCADOS DOS PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

O investimento vindo de fora e a aposta em mercados externos, sobretudo nos países onde se fala português, são vistos como um cenário equacionado e desejado pelos escritórios de advocacia nacionais. Exemplo prático disso são as parcerias ou presenças próprias que muitas sociedades portuguesas já mantêm em países africanos e na América do Sul.

A presente edição da In-Lex mostra que as economias emergentes do Brasil e de Angola estão já hoje na agenda de muitas firmas de advocacia, sendo de assinalar a presença – seja com escritório próprio, seja através de parcerias – de um total de 25 sociedades portuguesas em território brasileiro, 22 em Luanda e um total de 11 em Moçambique.

As parcerias mantidas com sociedades brasileiras e angolanas estão igualmente a surtir

frutos quando se equacionam os investimentos que empresários daqueles dois países têm feito ou pretendem fazer em Portugal. É disso exemplo a intensa actividade de assessoria jurídica proporcionada pela oferta pública de aquisição lançada sobre a Cimpor. No âmbito das fusões & aquisições, os sinais que chegam daquelas latitudes são de outras possíveis apostas em empresas nacionais, o que naturalmente terá de ser encarado como uma expectativa positiva.

Os factores antes referidos mostram que a aposta em novos mercados e o processo de internacionalização são caminhos que as sociedades de advocacia já estão a trilhar. Aliás, procurando acompanhar a trajectória que muitas empresas nacionais entretanto seguiram. Porque o cenário económico para 2010 ainda é cinzento para o sector empresarial e, por consequência, não deixará de reflectir-se na chamada advocacia de negócios. Para o bem e para o mal. ■